

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Maísa Santana Lima

**ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EVIDENCIADAS NAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS PUBLICADAS PELAS
EMPRESAS DE SIDERURGIA LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Brasília, DF
2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decana de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Maísa Santana Lima

ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS EVIDENCIADAS NAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS PUBLICADAS PELAS
EMPRESAS DE SIDERURGIA LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Mestre Rildo e Silva

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Contabilidade Social/Ambiental

Brasília, DF
2016

LIMA, Maísa Santana.

Análise do conteúdo das práticas ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras e não financeiras publicadas pelas empresas de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA / Maísa Santana Lima -- Brasília, 2016.
44. p.

Orientador(a): Prof. Mestre Rildo e Silva

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2016.
Bibliografia.

1. Contabilidade Ambiental. 2. Evidenciação Ambiental. 3. Responsabilidade Social. I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais pelo constante empenho em motivar seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar forças para acordar todos os dias e prover a esperança de que todos os problemas podem ser resolvidos com justiça e sinceridade;

Agradeço aos meus pais e a minha família pelo incentivo e compreensão durante a minha graduação, bem como por sempre estarem presentes e comemorarem comigo cada desafio conquistado;

Agradeço aos meus irmãos e aos meus amigos por tornarem esse caminho árduo mais divertido;

Ao meu orientador, prof. Rildo e Silva, agradeço por ter me inspirado tema de tamanha importância e pelos conselhos e disposição em esclarecer minhas dúvidas;

Por fim, agradeço a todos aqueles que cederam seu tempo e ofereceram ajuda para eu conseguir completar mais essa etapa da minha vida.

Análise do conteúdo das práticas ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras e não financeiras publicadas pelas empresas de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA

RESUMO

A contabilidade ambiental surge como um instrumento para legitimar as práticas de responsabilidade socioambiental adotadas pelas empresas, na medida em que reconhece, mensura e evidencia as informações referentes à gestão do meio ambiente. Assim, o estudo teve como objetivo geral verificar qual o nível de evidenciação das informações ambientais das empresas do ramo de siderurgia negociadas na BM&FBOVESPA, divulgadas em seus relatórios financeiros e não financeiros, nos anos de 2012 a 2014. Optou-se por focar no setor de siderurgia pelo fato de sua atividade ter um alto potencial de poluição e de uso de recursos naturais. Foi feita uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, em que foi aplicada a técnica análise de conteúdo sobre os itens ambientais evidenciados nos relatórios da administração, nas notas explicativas e em relatórios ambientais voluntários publicados por quatro empresas de siderurgia, nos anos de 2012 a 2014. Por meio da análise, constatou-se que: a) a evidenciação ambiental predomina nos relatórios ambientais voluntários, seguidos das notas explicativas e por fim dos relatórios da administração; b) a maioria dos itens ambientais investigados foi evidenciada de forma descritiva; e c) observou-se um decréscimo no nível de evidenciação ambiental dos relatórios financeiros e não financeiros divulgados por três empresas, das quatro investigadas, entre o período de 2013 a 2014.

Palavras-chaves: Contabilidade Ambiental. Evidenciação Ambiental. Responsabilidade Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fatores positivos e negativos da evidência ambiental.....	20
Quadro 2: Empresas listadas no segmento de Siderurgia.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios analisados.....	28
Tabela 2: Distribuição de sentenças por demonstrativo e por categoria.....	30
Tabela 3: Distribuição de sentenças para a categoria Política Ambiental e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de <i>disclosure</i>	31
Tabela 4: Distribuição de sentenças para a categoria Impactos ambientais e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de <i>disclosure</i>	32
Tabela 5: Distribuição de sentenças nas subcategorias resíduos, poluição e reciclagem.....	33
Tabela 6: Distribuição de sentenças para a categoria Energia e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de <i>disclosure</i>	34
Tabela 7: Distribuição de sentenças para a categoria Informações financeiras ambientais e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de <i>disclosure</i>	35
Tabela 8: Distribuição de sentenças para outras categorias ambientais por tipo de <i>disclosure</i> e por tipo de relatório.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição de sentenças em função do tipo de relatório para as empresas de siderurgia no período de 2012 a 2014.....	26
Gráfico 2: Comportamento da evidenciação sobre os itens ambientais estudados nos demonstrativos das empresas de siderurgia.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa.....	12
1.2 Objetivos do Estudo.....	14
1.3 Organização da Pesquisa.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	15
2.2 Responsabilidade Social e a Contabilidade Ambiental.....	16
2.3 Relatórios Ambientais Voluntários.....	18
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 Amostra da pesquisa e procedimentos de coleta de dados.....	21
3.2 Técnica da análise de dados.....	23
3.2.1 <i>Categorias e Subcategorias</i>	23
3.2.2 <i>Unidade de Análise</i>	24
3.2.3 <i>Tipos de Disclosure</i>	25
4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO.....	26
4.1 Níveis de evidenciação ambiental adotados pelas empresas de siderurgia.....	26
4.2 Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios investigados.....	27
4.3 Análise de conteúdo dos itens ambientais das empresas siderúrgicas.....	29
4.3.1 <i>Política Ambiental</i>	30
4.3.2 <i>Impactos Ambientais</i>	32
4.3.3 <i>Energia</i>	33
4.3.4 <i>Informações Financeiras Ambientais</i>	34
4.3.5 <i>Outras Informações Ambientais</i>	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	43
APÊNDICE A - Quadro exemplificativo de sentenças divulgadas nos demonstrativos financeiros e não financeiros, por categoria e por tipo de <i>disclosure</i>	43
APÊNDICE B - Tabelas com o percentual da distribuição de sentenças por categorias, por tipo de relatório e por tipo de <i>disclosure</i>	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

Devido às graves consequências do impacto das atividades do homem sobre o meio ambiente percebidas nas últimas décadas pelos governos e pela sociedade em geral, reconheceu-se que a agressão ao ecossistema pode colocar em risco a continuidade da espécie humana. Filho, Prates e Guimarães (2009) afirmam que como consequência disso, os governos e empresas tem procurado praticar suas atividades de forma sustentável, buscando conciliar a responsabilidade de promover soluções que satisfaçam as necessidades da população com o compromisso de preservar os recursos para as gerações futuras.

Outra consequência desse fato é a mudança do perfil dos clientes das organizações, sendo que a busca por produtos não se restringe visando a apenas produtos com uma melhor qualidade a um custo baixo. A tendência dos consumidores em geral, por terem mais informações a sua disposição e estarem mais conscientes quanto à origem daquilo que consomem, é dar prioridade a produtos e a serviços que observam o ambiente em que se situam (TINOCO E KRAEMER, 2004).

Para Savitz e Weber (2007), essa maior conscientização do homem intensificou o foco do impacto da empresa sobre a sociedade, em que, cada vez mais, os negócios são considerados responsáveis não só por suas próprias atividades, como também pelas dos fornecedores, pelas comunidades em que atuam e pelas pessoas que usam seus produtos. Consequentemente, as empresas procuram reagir a mudanças sociais, econômicas e ambientais no mundo, buscando transparecer uma atuação responsável perante o meio em que atuam.

Côrtes et al (2009) afirma que esse compromisso admitido pelas organizações é reflexo da forma de gestão denominada de responsabilidade social, a qual trata da consciência de que a empresa está inserida em um determinado ambiente e com ele interage positiva ou negativamente, incumbindo a mesma o dever de contribuir para com o desenvolvimento da comunidade através de um comportamento ético e pela prática da cidadania.

Ainda segundo os autores, o papel da empresa, ao operar com responsabilidade, supera os interesses privados, uma vez que ela passa a interagir fortemente com o seu público, o que inclui uma especial atenção ao meio ambiente, principalmente para aquelas indústrias que desenvolvem atividades com elevado impacto ambiental.

Alinhados a esse pensamento, Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que a gestão ambiental configura-se como uma das mais importantes atividades no empreendimento, devido à preocupação das empresas em demonstrar e atingir um desempenho ambiental mais satisfatório. Da mesma forma, Batista, Melo e Carvalho (2016) apud Bernardo e Machado (2010) relata que o papel da gestão ambiental como ferramenta estratégica para a organização é o de identificar todo elemento de caráter ambiental e segregá-los em sistemas, a fim de que, quando necessário, seja possível evidenciá-los e mensurá-los de maneira confiável.

Um instrumento que surge, então, para suprir essa necessidade de informações referentes à gestão do meio ambiente é a contabilidade ambiental, cujas funções são a de relatar para a comunidade o nível de conscientização da empresa acerca de como sua atividade impacta o meio, além de ser a responsável pela elaboração das diretrizes de como produzir o que deve ser evidenciado (PAIVA, 2006).

Dessa maneira, ao elaborar suas demonstrações contábeis e as notas explicativas, as empresas evidenciam também informações ambientais, além de haver a possibilidade da divulgação de relatórios específicos sobre o tema, de caráter voluntário.

Tinoco e Robles (2006) reforçam que a contabilidade ambiental assume a função de divulgar as ações de gestão ambiental, com a finalidade de prevenir e corrigir danos, bem como salvaguardar os patrimônios empresarial e nacional.

Portanto, a divulgação de informações relevantes por meio de demonstrações com qualidade é uma maneira de assegurar a legitimidade das práticas de responsabilidade socioambiental aderidas pelas organizações. Para Ribeiro (2006, p.118), as questões relativas ao meio ambiente devem ser evidenciadas “[...] com o grau de detalhamento exigido pela relevância dos valores e da natureza dos gastos, relativos à interação das empresas e o meio ambiente”.

Ante o exposto, o presente estudo busca responder a seguinte questão: considerando as empresas do ramo de siderurgia negociadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2012 a 2014, qual o nível de evidenciação das informações ambientais divulgadas em seus relatórios financeiros e não financeiros?

Optou-se por delimitar os estudos para as empresas de siderurgia pelo fato de ser uma indústria cuja atividade possui um alto potencial para poluição e utilização de recursos ambientais, segundo o anexo VIII da lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, a qual dispõe sobre a política nacional do meio ambiente.

De acordo com Milanez e Porto (2009), os principais efeitos ambientais associados à produção de ferro e aço são a sua alta necessidade de energia, a emissão de gases atmosféricos

poluentes decorrentes do processo siderúrgico e a grande produção de efluentes líquidos e de resíduos sólidos.

1.2 Objetivos do estudo

Considerando a questão anteriormente abordada, o objetivo geral do presente estudo é verificar qual o nível de evidenciação das informações ambientais das empresas do ramo de siderurgia negociadas na BM&FBOVESPA, divulgadas em seus relatórios financeiros e não financeiros, nos anos de 2012 a 2014.

Além disso, procura-se comparar, especificamente, a forma com o que as empresas desse setor evidenciam os temas ambientais nas suas demonstrações financeiras anuais padronizadas e em relatórios ambientais voluntários.

Para atingir o objetivo, o estudo desenvolveu a seguinte abordagem: aplicar a análise de conteúdo sobre temas ambientais divulgados em relatórios financeiros e não financeiros pelas indústrias de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA e, a partir desse enfoque, verificar o nível de evidenciação ambiental dessas empresas.

1.3 Organização da Pesquisa

O trabalho está dividido em cinco capítulos de apresentação condizentes com a estrutura de uma pesquisa científica.

Inicialmente, demonstra-se na introdução uma contextualização sobre o tema pesquisado e revela os objetivos do estudo. Logo após, o referencial teórico sintetiza e especifica os estudos anteriores sobre temas tratados de forma mais genérica na introdução, que servem de base para a aplicação científica.

A terceira parte descreve o tipo da pesquisa e a metodologia utilizada para alcançar os objetivos do artigo, além de informar as características da amostra utilizada. Em seguida, na análise de resultados são demonstrados e explorados os resultados encontrados na pesquisa.

Por último, apresenta-se na conclusão as considerações finais sobre as informações obtidas através da análise de dados, além de trazer sugestões para futuras pesquisas acerca do tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O termo desenvolvimento sustentável teve origem no relatório Nosso Futuro Comum, publicado em 1987. Esse documento constata a necessidade de conciliar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida da população, além de evitar a degradação do meio ambiente, a fim de preservar os recursos naturais.

Entretanto, segundo Nascimento, Lemos e Mello (2008), essa expressão só foi popularizada através da Conferência Rio +92, quando as empresas perceberam a necessidade de adotar medidas para minimizar os impactos que suas atividades causam a população e ao meio em que atuam, assim como a sociedade também passou a se conscientizar acerca das consequências que as atividades nocivas ao ambiente podem causar.

O desenvolvimento sustentável é formado pelas dimensões econômicas, financeiras e ambientais, conhecidas como *triple bottom line* (TBL), conceito difundido por John Elkington em 1997. Essas dimensões podem ser medidas objetivamente durante um período de tempo, sendo que apenas as empresas que usam o TBL estão levando em consideração o custo total da produção ou do serviço (Elkington, 2001).

Conforme Jamali (2006), a dimensão econômica é retratada pelo resultado financeiro da empresa, englobando valores como a competitividade e a lucratividade. A dimensão social irá demonstrar o quão responsável perante a sociedade a empresa foi durante as suas operações, considerando e balanceando as expectativas dos seus *stakeholders*¹ internos e externos. Já a dimensão ambiental irá se referir ao impacto ambiental e a forma como a empresa utiliza os recursos naturais.

Esse último aspecto não se restringe a obrigações compulsórias da empresa, como a obediência à legislação ambiental, e a iniciativas de preservação, como a reciclagem de produtos e a economia de energia. Ao prestar informações ambientais, as organizações devem também estabelecer relações entre o seu desempenho individual junto a capacidade do ambiente em absorver o impacto nele causado (DIAS E SIQUEIRA, 2005).

Segundo Norman e MacDonald (2003), o TBL retrata a responsabilidade da empresa com suas partes interessadas e traz a possibilidade de medir o sucesso de uma corporação não

¹ *Stakeholders* são as partes de interesse da organização, ou seja, são grupos ou indivíduos que são afetados ou podem vir a afetar a organização na consecução de seus objetivos (Busch e Ribeiro, 2009).

só usando os indicadores financeiros, mas harmonizando-os com os fatores sociais e ambientais. Ainda, de acordo com Silveira, Kikuchi e Policeno (2013, p.76), “O tripé da sustentabilidade prevê o equilíbrio no atendimento às demandas econômicas, ambientais e sociais, condição necessária ao desenvolvimento sustentável em mercados competitivos, dinâmicos e com requisitos socioambientais”.

Vellani e Ribeiro (2009) afirmam que é necessário as organizações considerarem o tripé da sustentabilidade como medidas estratégicas, integrando o ambiente, a economia e a sociedade. Ainda em consonância com os autores, é possível manter a lucratividade da empresa e agregar valor a mesma, ao mesmo tempo em que são estimulados a educação, a cultura e o lazer da comunidade e se mantenha a diversidade dos ecossistemas, de maneira a preservar o meio ambiente.

Complementarmente, Norman e MacDonald (2003) dizem que a empresa, ao divulgar o seu desempenho nas dimensões sociais e ambientais, podem esperar uma melhora na performance não só dessas duas áreas, como também da dimensão financeira, a longo prazo.

2.2 A Responsabilidade Social e a Contabilidade Ambiental

Pensando em seus *stakeholders*, nas leis e medidas governamentais ambientais mais rígidas e também em minimizar o impacto causado ao meio ambiente, é cada vez mais frequente as organizações adotarem como estratégia de gestão empresarial a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que pode ser conceituada como:

Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (SEBRAE, 2012, p.21).

Tinoco (2010) apud Cajazeira (2007) afirma que uma tendência da responsabilidade social é envolver os usuários das informações na RSE e utilizar a divulgação como prestação de contas das suas atividades, ou seja, comunicar a sociedade a respeito das ações que desenvolve e implementa. Essa comunicação é exercida pela contabilidade, cuja função é a de reportar às partes de interesse da empresa acerca de informações que variam de temas financeiros a socioambientais e que impactam, de alguma forma, o patrimônio e o resultado da organização.

Considerando o enfoque ambiental, Kraemer (2001) afirma que a contabilidade é o principal sistema de informações da empresa e que, como tal, deve evidenciar as medidas adotadas e os resultados alcançados no processo de proteção e preservação do meio ambiente, uma vez que a mesma é responsável pela comunicação entre a empresa e a sociedade.

A contabilidade que trata especificamente do meio ambiente é uma vertente da contabilidade financeira, em que é adaptada para identificar, mensurar e esclarecer os eventos relacionados às atividades da empresa e ao meio ambiente. Seu objetivo é evidenciar o estado patrimonial e o resultado da empresa, além de contribuir para a adequação de medidas compatíveis ao desenvolvimento econômico sustentável (RIBEIRO, 2006).

O surgimento da contabilidade ambiental se alinhou com a conscientização da sociedade de que os recursos naturais, em sua maioria, não são inesgotáveis. Paiva (2006, p.47) afirma que o perfil global de grande parte das empresas, as quais transparecem um grau de amadurecimento mais elevado, implica que elas devem demonstrar uma consciência ambiental desenvolvida, sendo a evidenciação a forma de tornar público o atendimento aos requisitos ambientais exigidos no ambiente mundial.

Segundo Ribeiro (2006, p.48), uma das maiores contribuições da contabilidade ambiental é a sua capacidade de evidenciar separadamente os eventos econômico-financeiros ambientais. Para Costa e Marion (2007, p.21), “A segregação das informações ambientais torna-se necessária à medida que possibilita uma maior ênfase no acompanhamento dos resultados entre períodos e empresas, proporcionando informações de maior qualidade para o processo decisório”.

É notório, nas últimas décadas, o aumento da divulgação de demonstrativos que tratam de informações socioambientais. Sampaio et al (2012) relata que as empresas estão aumentando o volume de evidenciação socioambiental devido a preocupação de serem percebidas pela sociedade como empresas responsáveis perante o meio em que atuam e, dessa maneira, aquelas entidades que são conhecidas por terem um maior potencial de impactar negativamente o ambiente tendem a evidenciar mais as informações de natureza ambiental.

Dessa forma, essa contabilidade é responsável por fornecer informações para atender a demanda dos usuários interessados na relação da empresa com o meio ambiente, subsidiando o processo de tomada de decisão, além da obrigação da organização para com a sociedade no que tange a responsabilidade socioambiental.

2.3 Relatórios Ambientais Voluntários

Paiva (2006) relata que as formas comumente empregadas para evidenciar fatos relacionados ao meio ambiente são o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, as notas explicativas, o relatório da administração e, de forma alternativa, relatórios não tradicionais que tratam especificamente de grande parte das ações ambientais e sociais implementadas pela organização.

Conforme Tinoco (2010), esses relatórios alternativos ensejam a transparência das informações tanto econômicas e contábeis, quanto sociais e ambientais, além de refletir a responsabilidade social da empresa, na medida em que permitem uma visão de sua atuação em benefício da sociedade.

Exemplos desses relatórios são o balanço social, o relatório de sustentabilidade, e mais recentemente, o Relato Integrado.

Mazzioni (2005) define o balanço social como relatório que complementa a contabilidade na medida em que permite o usuário avaliar o desempenho econômico-financeiro da empresa e a sua responsabilidade perante as atividades que impactam a sociedade e o meio ambiente. Para Azevedo e Cruz (2006, p.03), as informações contidas no Balanço Social são de grande importância, já que “[...] representam um instrumento de gestão dos negócios, sendo de vital importância que as organizações adotem tal concepção, pois sua divulgação irá refletir em crescimento, estratégias, credibilidade e continuidade das entidades.”.

Já o relatório de sustentabilidade é mais abrangente do que o balanço social, uma vez que evidencia de forma qualitativa e quantitativa as medidas adotadas pelas empresas, as quais possibilitam melhores condições de vida para a sociedade, além de demonstrar atitudes de preservação do meio ambiente, ou seja, irá relatar as práticas adotadas pela organização visando ao desenvolvimento sustentável (FERREIRA ET AL, 2010).

O relatório de sustentabilidade teve origem em 2007, elaborado por uma organização sem fins lucrativos, denominada *Global Reporting Initiative (GRI)*, que assim o define:

O relato de sustentabilidade auxilia as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis. Relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos de uma organização – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Assim, eles dão forma tangível e concreta a questões abstratas, ajudando as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias (GRI, 2013, p.03).

Quanto ao Relato Integrado, esse demonstrativo nasceu de uma iniciativa do IIRC (*international integrated reporting council*), uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas e profissionais de áreas afins, os quais compartilham a visão de que comunicar a capacidade de geração de valor deverá ser o foco nos relatos corporativos, de forma a atender as pressões econômicas, ambientais, sociais e de governança (IIRC, 2013).

Segundo Kassai e Carvalho (2013, p.11), esse relatório não se refere a apenas uma junção das demonstrações contábeis com o relatório de sustentabilidade, mas também:

[...] Relato Integrado refere-se a um processo de harmonização e de convergência dos sistemas de gestão organizacional e do processo de comunicação corporativa e, por isso, é fundamental que se respeite o tempo certo para que cada empresa ou cada profissional possa se adaptar a esse novo modelo de negócio, em sintonia com a sociedade, respeitando a natureza e mantendo o equilíbrio nos seus fluxos de caixa.

Além do GRI e do IIRC, há outros modelos que divulgam diretrizes para a confecção de relatórios socioambientais, a exemplo do AccountAbility e do SASB (*sustainability accounting standards board*) a nível internacional e do Ibase e do Instituto Ethos a nível nacional. Entretanto, segundo pesquisa feita pela KPMG (2015, p.42), o modelo mais popular é o do GRI, cujos critérios são utilizados por 60% dos relatórios de sustentabilidade analisados divulgados pelas 100 maiores empresas em 45 países.

O ponto em comum de todos os relatórios destacados é o aspecto voluntário dos mesmos e a falta de um padrão específico de divulgação. Sethi, Terrence e Demir (2015) constatam que, se de um lado isso pode ocasionar que a empresa divulgue informações da maneira mais favorável para ela acerca dos elementos ambientais e sociais, por outro lado, a natureza voluntária deles traz a difícil missão para a companhia de proporcionar credibilidade para as informações divulgadas, ou seja, de assegurar aos seus *stakeholders* que a informação é objetiva e relevante para os assuntos da empresa.

O que se observa, apesar disso, é a tendência das grandes empresas em divulgar relatos não financeiros, sociais e ambientais. Segundo a KPMG (2015, p.30), 92% das 250 maiores empresas do mundo em 2015 divulgaram esse relatório naquele ano. O maior motivo, segundo a avaliação, é a legislação, uma vez que as normas que demandam a publicação desse tipo de informação são crescentes em diversos países, a exemplo da Dinamarca, França e Holanda, em que o relato é obrigatório para certos portes de empresas e tipos de indústria (DILLING, 2010).

Da mesma forma, Mussoi e Bellen (2010, p.58) apud Gray e Bebbington (2001) citam que as empresas sofrem pressão de fatores tanto favoráveis quanto contrários acerca da

divulgação de informações ambientais. O quadro 1 resume os fatores positivos e negativos referentes a evidência ambiental.

Quadro 1: Fatores positivos e negativos da evidência ambiental.

Fatores positivos	Fatores negativos
<ul style="list-style-type: none">• Legitimar as suas atividades correntes;• Distrair a atenção da mídia;• Impacto positivo no preço das ações;• Vantagem competitiva;• Construir uma imagem positiva da organização	<ul style="list-style-type: none">• Os custos diretos e indiretos de evidência;• A disponibilidade de dados ambientais;• A falta de requerimento legal;• O foco financeiro das prioridades da empresa

Fonte: Adaptado de Mussoi e Bellen (2010, p.58).

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica se resume em uma atividade planejada, que utiliza a metodologia científica para atingir sua finalidade. Para Andrade (2001, p.16), “[...] pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos”.

O presente trabalho utiliza uma abordagem qualitativa do objeto de pesquisa, em que Godoy (1995, p.58) a define como “[...] aquela que envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada.”.

Com relação aos objetivos, o trabalho é descritivo, pois visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, e documental, uma vez que os dados foram retirados de relatórios publicados pelas empresas (GIL, 1991).

Assim, para se atingir o objetivo geral da pesquisa, que é analisar como as empresas do setor do segmento de siderurgia que têm suas ações negociadas na BM&FBOVESPA evidenciaram as informações ambientais em seus relatórios no período determinado, optou-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, a qual leva em consideração a investigação dos documentos oficiais divulgados pelas empresas destacadas.

3.1 Amostra da pesquisa e procedimentos de coleta de dados

A amostra desse estudo é composta pelas empresas do segmento de Siderurgia, listadas no *site* da BM&FBOVESPA em 2016. As empresas de siderurgia trazem um grande desenvolvimento social e econômico nas regiões onde se estabelecem, porém, em contrapartida, têm um alto potencial de impactar negativamente o meio ambiente devido a sua atividade principal: a extração de minérios, principalmente, de ferro (MAIA; TONINI, 2014).

As empresas listadas nesse segmento são apresentadas a seguir, no Quadro 2.

Quadro 2: Empresas listadas no segmento de Siderurgia

Razão Social	Nome do Pregão	Segmento
CIA FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA	FERBASA	N1
CIA SIDERURGICA NACIONAL – CSN	SID NACIONAL	
GERDAU S.A	GERDAU	N1
METALURGICA GERDAU S.A	GERDAU MET	N1
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A – USIMINAS	USIMINAS	N1

Fonte: BM&FBOVESPA (2016)

Compõem a população do estudo todas as empresas citadas no Quadro 1, sendo elas: Ferbasa, CSN, Usiminas e, quanto a companhia Metalúrgica Gerdau S.A e a Gerdau S.A, como ambas fazem parte do mesmo conglomerado, elas serão inclusas no estudo de forma conjunta como Grupo Gerdau.

No trabalho foram verificadas as demonstrações financeiras anuais padronizadas publicadas nos anos de 2012 a 2014 retiradas do *site* da BM&FBOVESPA (2016) e em relatórios ambientais voluntários divulgados nos *sites* oficiais da amostra em questão.

Especificamente, buscou-se analisar informações ambientais contidas no relatório da administração, nas notas explicativas referentes ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado do exercício e, caso elaborado pela empresa, no relatório de sustentabilidade ou similares. Assim afirma Rover, Alves e Borba (2005, p.03) apud Ferreira (2003, p.108):

A Contabilidade Ambiental não é outra contabilidade; assim, todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela Entidade que, por consequência, causem impacto no meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. Portanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e, quando houver, o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização.

Por serem de capital aberto, todas as companhias pesquisadas divulgaram o relatório da administração e as notas explicativas referentes ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Já como relatório voluntário, as empresas CSN e Gerdau publicaram em todos os anos analisados o relatório anual, que continha informações ambientais, a Usiminas publicou apenas no ano de 2014 o relatório de sustentabilidade e a Ferbasa não divulgou qualquer relatório voluntário evidenciando itens ambientais.

3.2 Técnica da análise de dados

A técnica utilizada nesse estudo foi a análise de conteúdo, em que Bardin (2011, p.45) a define como um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.”. Para a aplicação desse método foi necessário cumprir com as suas três fases, a saber: (1) a pré-análise; (2) exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O estudo adotou uma adaptação da proposta de análise de conteúdo estruturada por Nossa (2002), dividida da seguinte forma: categorias e subcategorias, unidade de análise e tipo de *disclosure*².

3.2.1 Categorias e Subcategorias

Bardin (2011, p.147) define a etapa de categorização como “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos.”. Em outras palavras, categorizar significa reunir em um tema genérico um grupo de elementos que possuem características semelhantes.

De acordo com Rover, Alves e Borba (2005), as categorias e subcategorias serão definidas através da análise dos documentos do objeto de estudo ou terão origem no conhecimento da área estuda.

Como critério de categorização, foi utilizada uma adaptação do estudo de Nossa (2002) e de Rover, Alves e Borba (2005), incluindo categorias que surgiram ao longo da análise dos documentos pesquisados. Ressalta-se que não foram criadas novas subcategorias, sendo que as informações evidenciadas que não se enquadram em nenhuma das já determinadas serão inclusas de forma mais ampla na categoria a qual pertence.

Dessa forma, as categorias e subcategorias para o presente estudo foram assim determinadas:

A) Política Ambiental

- Ações efetivas
- Declaração de intenções

²*Disclosure* refere-se à evidenciação.

- Gestão Ambiental

B) Impactos Ambientais

- Resíduos
- Poluição
- Reciclagem
- Contaminação e recuperação de terras, águas e ar

C) Energia

- Uso eficiente
- Utilização de resíduos na produção de energia

D) Informações Financeiras Ambientais

- Despesas e investimentos ambientais
- Passivos e provisões ambientais
- Multas e penalidades por infrações ambientais

E) Outras informações ambientais

- Biodiversidade
- Água

3.2.2 *Unidade de análise*

A definição do que será a unidade de análise ou de registro faz parte da etapa de codificação. Para Bardin (2011, p.133):

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que pode servir de índices.

A unidade de registro é, portanto, a unidade codificada que corresponderá ao segmento do conteúdo, cujo critério servirá como base para a contagem de frequências. Nossa (2002, p.177) destaca que “É nesse tópico que deve ser definido o montante (quantidade) de *disclosure* apresentado em cada categoria, que pode ser medido por palavras, número de sentenças ou proporção de páginas.”.

Para o trabalho, a contagem de sentenças foi escolhida como unidade de registro, em consonância com Nossa (2002), a fim de quantificar e codificar o conteúdo dos relatórios

pesquisados. Além disso, se presentes, gráficos e tabelas relativos aos itens serão contabilizados como uma sentença para fins de apuração.

3.2.3 Tipos de disclosure

O *disclosure* tem como objetivo divulgar informações de desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das empresas aos seus *stakeholders* e, em termos especificamente ambientais, a segregação desse tipo de informação é uma forma da contabilidade contribuir para a preservação e proteção nesta área (TINOCO; KRAEMER, 2003; RIBEIRO, 2006). Para Nossa (2002), o tipo de *disclosure* irá se referir à maneira como as empresas irão divulgar seus relatórios ambientais.

Para o estudo foram considerados três tipos de *disclosure*, de acordo com a proposta de Nossa (2002, p.179):

- Tipo (1) Informação ambiental declarativa, em que a evidenciação da informação qualitativa é expressa em termos tão somente descritivos;
- Tipo (2) Informação ambiental quantitativa não-monetária, em que a informação é expressa em termos quantitativos não financeiros; e
- Tipo (3) evidenciação ambiental quantitativa monetária, quando a informação quantitativa é evidenciada em números de natureza financeira.

No capítulo quatro, são apresentados os resultados, análise e discussão.

4 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

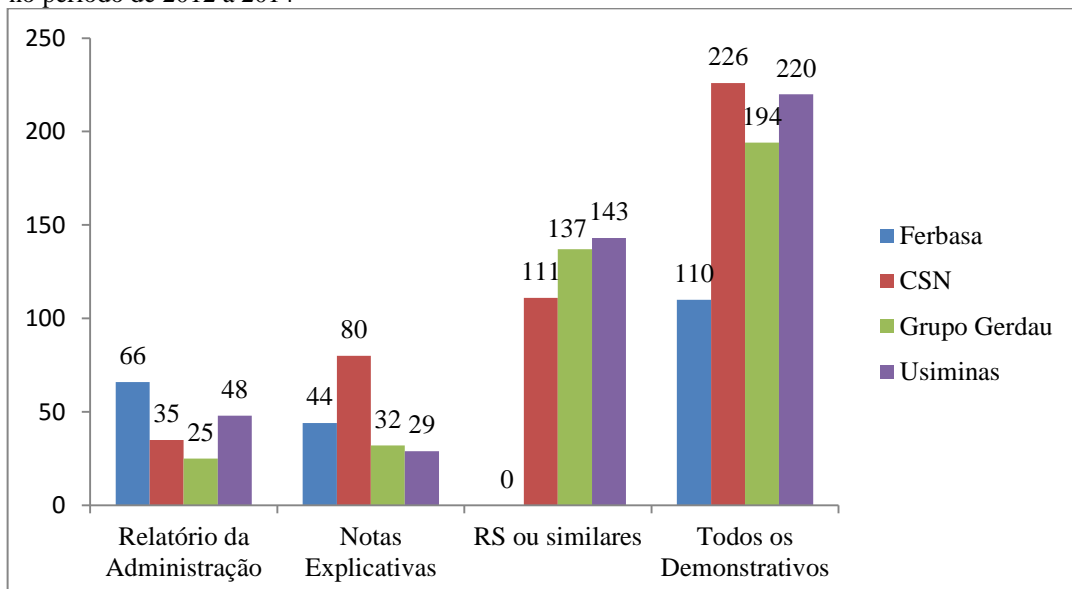
Essa etapa do trabalho foi dividida em três estágios. Em um primeiro momento foi feita uma análise individual dos resultados encontrados para cada empresa estudada. Já em um segundo momento o enfoque foi na comparação da evidência ambiental nos relatórios investigados. Por fim, foi descrito os resultados encontrados na análise de conteúdo dos itens ambientais especificados na metodologia.

4.1 Níveis de evidência ambiental adotados pelas empresas de siderurgia

Nos três anos em análise, as quatro companhias evidenciaram 750 sentenças, distribuídas da seguinte maneira: 52,1% delas foram encontradas em relatórios de sustentabilidade ou similares, 24,6% em notas explicativas e 23,2% nos relatórios da administração.

Mediante a análise dos documentos das empresas, foi elaborado o Gráfico 1, o qual ilustra a distribuição das sentenças encontradas em função do tipo de relatório para cada companhia de siderurgia no período de 2012 a 2014.

Gráfico 1: Distribuição de sentenças em função do tipo de relatório para as empresas de siderurgia no período de 2012 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa

A empresa que mais evidenciou sentenças sobre o meio ambiente durante o período especificado foi a CSN, devido a dois fatores: a quantidade de sentenças encontradas em suas notas explicativas e a divulgação do relatório anual, o qual continha dados sobre o meio ambiente nos três anos em questão. Apesar do Grupo Gerdau também ter divulgado relatórios anuais, não apresentou um nível de evidenciação satisfatório nos outros demonstrativos, quando comparado com outras empresas investigadas.

Em contrapartida, a Ferbasa apresentou o menor nível de evidenciação e isso se deve ao fato de ser a única empresa a não publicar relatórios ambientais durante o triênio. No entanto, observa-se a tentativa de suprir essa falta de dados por meio da divulgação de informações em demonstrativos financeiros, sobretudo no relatório da administração, no qual essa companhia detém a maior parte das sentenças constatadas.

A Usiminas é a empresa que mais evidenciou sentenças em demonstrativos voluntários. Apesar de seguir com a prática de divulgar relatórios ambientais ou anuais até 2011, isso não foi verificado em 2012 e 2013. A companhia restabeleceu o relatório de sustentabilidade no ano de 2014, em que foi verificada uma vasta quantidade de informações específicas sobre os itens ambientais verificados.

O diferencial desse demonstrativo, em comparação com os relatórios anuais das demais empresas, foi a elaboração de uma matriz de materialidade, em que foram definidos os aspectos sociais, econômicos e ambientais mais relevantes para os seus *stakeholders*.

Segundo as diretrizes do GRI (2013), a materialidade torna os relatórios mais confiáveis e compreensíveis, o que permite a organização divulgar melhores informações aos mercados e a sociedade acerca de temas sustentáveis.

4.2 Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios investigados

Considerando o conjunto dos relatórios analisados, percebe-se que os relatórios ambientais apresentam 391 sentenças sobre o meio ambiente, enquanto que as demonstrações financeiras padronizadas englobam 329 sentenças. Mais especificamente, as notas explicativas comportam a maior parte da evidenciação ambiental quando se refere às demonstrações obrigatórias, com 185 sentenças, uma quantidade próxima a encontrada nos relatórios da administração (174).

A Tabela 1 ilustra a quantidade de sentenças encontradas nas empresas por tipo de relatório e para cada ano verificado.

Tabela 1: Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios analisados

Empresa/ Relatório	2012			2013			2014		
	RADM	NE	RA	RADM	NE	RA	RADM	NE	RA
Ferbasa	18	16	0	25	16	0	23	12	0
CSN	8	22	36	12	32	42	15	26	33
Grupo Gerdau	6	10	44	10	11	52	9	11	41
Usiminas	16	10	0	16	13	0	16	6	143
Total	48	58	80	63	72	94	63	55	217

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: RADM – Relatório da Administração; NE – Notas Explicativas; RA – Relatório Ambiental Voluntário.

Quando analisado o conjunto de empresas, pode-se notar que há um aumento na evidenciação do relatório ambiental em todos os períodos, principalmente no ano de 2014, em que a Usiminas publicou o seu primeiro relatório de sustentabilidade, após dois anos sem divulgá-lo.

Já com o enfoque no desempenho individual de cada empresa, foi constatado um aumento na evidenciação do relatório ambiental voluntário para a Gerdau e CSN no período de 2012 a 2013, porém, observou-se uma queda no período seguinte quando feita a mesma análise. Isso mostra que essas empresas não seguiram com as mesmas tendências para esse demonstrativo nos interstícios estudados.

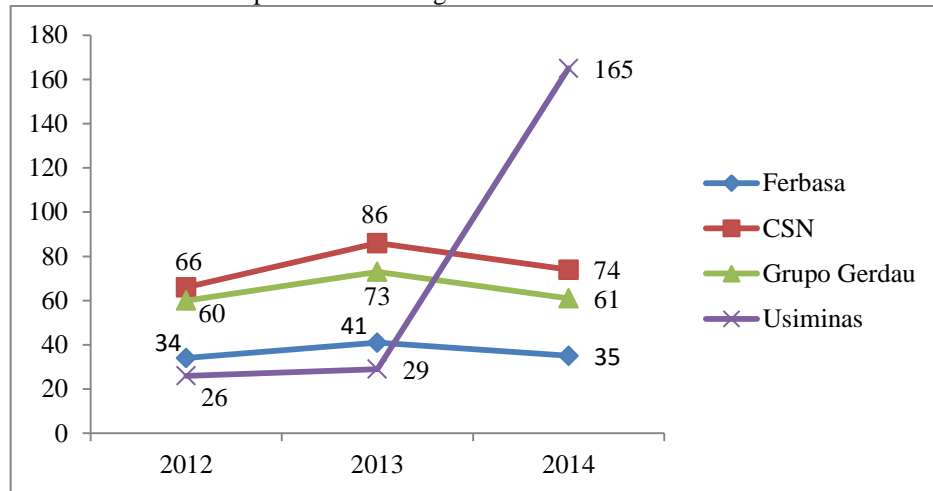
Quanto ao relatório da administração e notas explicativas, verifica-se um aumento no *disclosure* do ano de 2012 a 2013 para todas as companhias, como apresentado na Tabela 1. Nota-se que esse acréscimo acompanhou o aumento de sentenças no próprio relatório ambiental daquelas empresas que o divulgaram nesse mesmo período.

Entretanto, quando analisados o intervalo de 2013 para 2014, a situação desses demonstrativos muda, principalmente na evidenciação das informações presentes nas notas explicativas, as quais chegaram a ter um decréscimo no seu nível de evidenciação de 24% em 2014 quando comparado ao ano anterior.

Em contrapartida, a quantidade de sentenças encontradas no relatório da administração sofreu pouca variação para todas as empresas no período entre 2013 a 2014. Isso demonstra que esse documento é tido como um importante meio para comunicar a responsabilidade socioambiental dessas companhias.

Em suma, quando analisado o conjunto das informações prestadas nos relatórios financeiros e não financeiros investigados, observou-se que o período entre 2013 a 2014 registrou um declínio no número de sentenças relacionadas a itens ambientais por todas as empresas, exceto pela companhia Usiminas. O gráfico 2 retrata essa situação.

Gráfico 2: Comportamento da evidenciação sobre os itens ambientais estudados nos demonstrativos das empresas de siderurgia



Fonte: Dados da pesquisa

Essa alavancagem apresentada no Gráfico 2 quando analisado o nível de evidenciação da Usiminas em 2014, como afirmado anteriormente, foi dada pela publicação de seu relatório de sustentabilidade nesse ano. Verifica-se que nos anos anteriores em questão, ela era a companhia que dispunha de menos sentenças sobre temas ambientais.

Em linhas gerais, esse achado corrobora com os estudos de Costa et al (2013), em que dentre as dimensões da sustentabilidade analisadas, sejam elas a econômica, social e ambiental, a última apresentou a maior queda no número de sentenças encontradas ao longo do período entre 2007 a 2009, nos relatórios de sustentabilidade das empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental.

4.3 Análise de conteúdo dos itens ambientais das empresas siderúrgicas

Conforme o exposto na metodologia, os itens ambientais analisados foram os seguintes: política ambiental, impactos no meio ambiente, energia, informações financeiras ambientais e outras informações ambientais, as quais incluem a gestão de recursos hídricos e biodiversidade.

De modo a comparar essas categorias, foi elaborada a tabela 2, a qual apresenta a evidenciação das categorias ambientais por tipo de demonstrativo para as quatro empresas siderúrgicas:

Tabela 2: Distribuição de sentenças por demonstrativo e por categoria.

Categoria / Demonstrativo	RADM	NE	RA	Total
Política Ambiental	93	15	144	252
Impactos Ambientais	40	23	119	182
Energia	9	13	39	61
Informações Financeiras Ambientais	13	132	27	172
Outras Informações Ambientais	19	2	62	83
Total	174	185	391	750

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: RADM – Relatório da Administração; NE – Notas Explicativas; RA – Relatório Ambiental Voluntário.

Nota-se que a categoria política ambiental foi a mais evidenciada, compondo 33,6% do total de sentenças. O demonstrativo em que mais se publicou informações sobre as práticas e políticas ambientais foi o relatório ambiental voluntário. Esse demonstrativo apresentou a maior frequência em quase todas as categorias pesquisadas, exceto nas informações financeiras ambientais, as quais predominaram nas notas explicativas.

A seguir é feita uma análise dos resultados encontrados para cada categoria e subcategoria em questão para o conjunto das empresas, por tipo de *disclosure* e por tipo de demonstrativo, além de destacar pontos relevantes encontrados na análise do conteúdo dos relatórios das companhias de siderurgia listadas na BM&FBOVESPA.

4.3.1 Política Ambiental

A categoria política ambiental se resume nas ações, nos projetos, inclusive de educação ambiental, e nas práticas adotadas pela empresa visando à preservação do meio ambiente. Além disso, engloba as metas e objetivos a respeito da gestão ambiental da empresa para anos seguintes.

A Tabela 3 mostra a quantidade de sentenças evidenciadas para todas as empresas avaliadas no período de 2012 a 2014, por tipo de demonstrativo e *disclosure* referente a esse item.

Tabela 3: Distribuição de sentenças para a categoria Política Ambiental e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*.

Tipo de relatório/ Categoria e subcategorias	Tipo de <i>disclosure</i> *	Política Ambiental	Ações Efetivas	Declaração de intenções	Gestão Ambiental	Total
Relatório da Administração	1	39	24	4	21	88
	2	3	2	-	-	5
	3	-	-	-	-	-
Notas Explicativas	1	5	1	-	7	13
	2	-	-	1	-	1
	3	-	1	-	-	1
Relatório Ambiental	1	33	38	9	35	115
	2	6	10	1	9	26
	3	-	-	-	3	3
Total		86	76	15	75	252

Fonte: Dados da pesquisa.

(*) Tipo de *disclosure*:

1. Tipo (1) Informação ambiental declarativa, em que a evidenciação da informação qualitativa é expressa em termos tão somente descritivos;
2. Tipo (2) Informação ambiental quantitativa não-monetária, em que a informação é expressa em termos quantitativos não financeiros; e
3. Tipo (3) evidenciação ambiental quantitativa monetária, quando a informação quantitativa é evidenciada em números de natureza financeira.

Todas as empresas evidenciaram esse item, formando uma média de 63 sentenças por empresa. 57,1% das informações sobre política ambiental e suas subcategorias foram evidenciadas em relatórios voluntários, sendo que 85,7% são informações puramente descritivas. O destaque são as subcategorias ações efetivas e gestão ambiental, correspondendo a 59,9% do total de sentenças nesse item.

No que tange a gestão ambiental, é importante realçar que todas as empresas são certificadas pela norma ISO 14001, a qual destaca as diretrizes básicas do sistema de gestão ambiental e reforça o comprometimento das empresas em adotar melhorias contínuas em prol do meio ambiente.

A companhia Gerdau em seu relatório anual de 2013 informou um investimento de R\$ 160,5 milhões em seu sistema de gestão ambiental, destinados a aprimorar a tecnologia nesse ramo. Já a Usiminas evidencia no relatório de sustentabilidade de 2014 a dedicação de R\$ 1,3 milhões para esse sistema, o que corresponde a menos de 1% do valor aplicado por ela em investimentos ambientais, que foi de ordem de R\$ 462,4 milhões. As demais empresas não dispuseram informações financeiras sobre o sistema de gestão ambiental nos relatórios estudados.

4.3.2 Impactos Ambientais

A categoria impactos ambientais irá retratar as consequências da atividade das empresas para o meio ambiente. Nossa (2002, p.189) a define como “[...] informações evidenciadas referentes aos impactos gerados ou percebidos no meio ambiente”. A tabela 4 mostra a quantidade de sentenças evidenciadas para todas as empresas avaliadas no período de 2012 a 2014, por tipo de demonstrativo e *disclosure* referente a esse item:

Tabela 4: Distribuição de sentenças para a categoria Impactos ambientais e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*.

Tipo de relatório/Categoria e subcategorias	Tipo de <i>disclosure</i>	Impactos Ambientais	Resíduos	Poluição	Reciclagem	Contaminação e Recuperação de terras, águas, ar	Total
Relatório da Administração	1	-	9	11	8	8	36
	2	-	-	-	4	-	4
	3	-	-	-	-	-	-
Notas Explicativas	1	5	3	3	1	4	16
	2	-	-	-	2	-	2
	3	-	1	-	-	4	5
Relatório Ambiental	1	5	11	19	14	6	55
	2	2	18	15	18	7	60
	3	-	2	1	1	-	4
Total		12	44	49	48	29	182

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a média de sentenças evidenciadas sobre esse item por empresa é de 45,5, sendo 65,4% do seu total presentes em relatórios voluntários. Em sua maioria são informações descritivas (58,8%), mas também apresentam uma proporção alta de informações numéricas não monetárias (36,3%), as quais prevalecem nos relatórios ambientais.

Nessa análise, coube destaque às subcategorias poluição, reciclagem e resíduos que correspondem a 77,4% do total de sentenças contabilizadas para essa categoria. A tabela 5 mostra a quantidade de sentenças para cada um dos subitens destacados, por empresa analisada:

Tabela 5: Distribuição de sentenças nas subcategorias resíduos, poluição e reciclagem

Subcategorias	Resíduos		Poluição		Reciclagem	
	Nº de sentenças	Frequência	Nº de sentenças	Frequência	Nº de sentenças	Frequência
Ferbasa	9	20,5%	3	6,1%	4	8,3%
CSN	3	6,8%	16	32,7%	7	14,6%
Gerdau	10	22,7%	8	16,3%	29	60,4%
Usiminas	22	50,0%	22	44,9%	8	16,7%
Total	44	100,0%	49	100,0%	48	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a companhia Usiminas é a que mais dispôs informações sobre resíduos (50%) e poluição (44,9%), encontradas em sua maioria no relatório de sustentabilidade divulgado em 2014. No entanto, em relação ao item reciclagem, a Gerdau dispôs 60,4% das sentenças sobre o assunto, presentes em sua maioria nos relatórios anuais de 2012 a 2014.

É importante destacar que a Gerdau ocupa a posição de maior recicladora de sucatas da América Latina (Gerdau, Relatório Anual, 2014, p.42). O grande número de informações referente a esse item quando comparados aos outros analisados é um fato que Ribeiro (2006, p.108) considera como um excesso de marketing, em que a companhia utiliza os gastos com as ações ambientais para promover a sua imagem e a de seus serviços e produtos.

Contribui para a análise desse resultado o que dispõem o estudo de Rover, Borba e Murcia (2009, p.30), em que foram analisados o nível de evidenciação ambiental das demonstrações financeiras padronizadas e os relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras potencialmente poluidoras entre o período de 2005 a 2007. Nessa pesquisa, foi constatado que 90% das sentenças ambientais encontradas são declarações que refletem crédito para a companhia.

4.3.3 Energia

A categoria energia irá evidenciar a forma como é utilizado ou gerado energia elétrica nas empresas. Observou-se que a companhia Ferbasa não publicou nenhuma informação quanto ao uso eficiente desse recurso, dessa forma, percebe-se que essa empresa não adota nenhuma política quanto ao controle de seu consumo.

A Tabela 6 mostra a quantidade de sentenças evidenciadas para todas as empresas avaliadas no período de 2012 a 2014, por tipo de demonstrativo e disclosure analisado referente a esse item.

Tabela 6: Distribuição de sentenças para a categoria Energia e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*.

Tipo de relatório/Categoria e subcategorias	Tipo de <i>disclosure</i>	Energia	Uso eficiente	Utilização de resíduos na produção de energia	Total
Relatório da Administração	1	-	7	-	7
	2	-	2	-	2
	3	-	-	-	-
Notas Explicativas	1	-	8	3	11
	2	-	2	-	2
	3	-	-	-	-
Relatório Ambiental	1	-	21	7	28
	2	-	7	2	9
	3	-	2	-	2
Total		-	49	12	61

Fonte: Dados da pesquisa

Foi apurado que 63,9% das informações referentes a esse item estão publicadas em relatórios voluntários, sendo que 75,4% são expressas em termos descritivos.

Ressalta-se que a única companhia a divulgar informações sobre o uso desse recurso nas notas explicativas foi a CSN. Isso se deve ao fato da energia ser considerado um ativo para essa empresa, uma vez que um dos seus segmentos compreende a geração de energia elétrica com a finalidade de garantir a sua autossuficiência, como destacado na nota explicativa da companhia em 2014.

4.3.4 Informações financeiras ambientais

A categoria informações financeiras ambientais irá abranger esclarecimentos acerca dos investimentos destinados a proteção do meio ambiente, os passivos e provisões ambientais, além de informes acerca de multas e penalidades judiciais em que a empresa figure como parte. A Tabela 7 mostra a quantidade de sentenças evidenciadas para todas as empresas avaliadas no período de 2012 a 2014, por tipo de demonstrativo e *disclosure* analisado referente a esse item.

Tabela 7: Distribuição de sentenças para a categoria Informações financeiras ambientais e suas subcategorias por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*.

Tipo de relatório/Categoria e subcategorias	Tipo de <i>disclosure</i>	Informações Financeiras ambientais	Despesas e investimentos ambientais	Passivos e provisões ambientais	Multas e penalidades por infrações ambientais	Total
Relatório da Administração	1	-	4	1	-	5
	2	-	1	-	-	1
	3	-	7	-	-	7
Notas Explicativas	1	-	10	40	13	63
	2	-	-	-	3	3
	3	-	7	46	13	66
Relatório Ambiental	1	-	9	1	1	11
	2	-	-	-	-	-
	3	-	15	-	1	16
Total		-	53	88	31	172

Fonte: Dados da pesquisa

Diferente das demais categorias, constatou-se que 76,7% das informações financeiras ambientais estão presentes nas notas explicativas e são expressas, em sua maioria, em valores monetários.

As informações referentes a despesas e investimentos das empresas com medidas de proteção ambiental foram encontradas nos relatórios voluntários (45,3%), nos relatórios da administração (32,1%) e nas notas explicativas (22,6%) de todas as empresas. Foram apurados que 54,7% das sentenças relativas a essa rubrica foram expressas em valores monetários.

Analisando a subcategoria multas e penalidades por infrações ambientais, nota-se o baixo nível de evidenciação nos relatórios voluntários (6,5%) quando comparadas às notas explicativas (93,5%). As companhias que divulgaram dados específicos sobre esse aspecto nas notas explicativas são a Ferbasa, a CSN e a Usiminas. Apesar da CSN também divulgar informações ambientais voluntárias, somente a Usiminas evidenciou esse aspecto no seu relatório de sustentabilidade. Constatou-se ainda que as sentenças declarativas e quantitativas monetárias relativas a esse subitem possuem a mesma proporção (45,2%).

Os passivos e provisões são aqueles que decorrem da relação entre a empresa e o meio ambiente, podendo se manifestar devido ao não cumprimento da legislação ambiental ou a falhas decorrentes do próprio processo produtivo (Paiva, 2006, p.34). Esse foi o subitem mais evidenciado dessa categoria, respondendo por 51,2% do total de sentenças. Pode ser

encontrado em sua maioria nas notas explicativas, sendo mais da metade (52,3%) expressa em valores monetários.

4.3.5 Outras informações ambientais

A categoria outras informações ambientais irá retratar informações evidenciadas especificamente por meio da leitura dos demonstrativos analisados, em que não foi possível o enquadramento em outras categorias. Foram criadas as subcategorias biodiversidade e água. A Tabela 8 mostra a quantidade de sentenças evidenciadas para todas as empresas avaliadas no período de 2012 a 2014, por tipo de demonstrativo e *disclosure* analisado referente a esse item.

Tabela 8: Distribuição de sentenças para outras categorias ambientais por tipo de *disclosure* e por tipo de relatório.

Tipo de relatório/Categoria e subcategorias	Tipo de <i>disclosure</i>	Biodiversidade	Água	Total
Relatório da Administração	1	1	14	15
	2	-	4	4
	3	-	-	-
Notas Explicativas	1	-	-	-
	2	2	-	2
	3	-	-	-
Relatório Ambiental	1	7	17	24
	2	17	19	36
	3	-	2	2
Total		27	56	83

Fonte: Dados da pesquisa

Biodiversidade: Nesse item as empresas informam a área em que exercem sua atividade operacional ou que detém o controle e os impactos causados sobre as mesmas, além de destacar o apoio a áreas protegidas. Foi tratada quase exclusivamente em relatórios voluntários (88,9%), sendo que 70,4% das sentenças encontradas nessa subcategoria foram expressas em números de natureza não financeira. Referente a esse item, apenas a CSN não apresentou as devidas informações.

Água: Esse item trata da gestão dos recursos hídricos, ou seja, o consumo da empresa, a reutilização da água e o tratamento de efluentes. Os dados estão em sua totalidade nos relatórios da administração (32,1%) e em relatórios voluntários (67,9%), sendo 55,3% das informações prestadas nessa subcategoria puramente descritivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao crescimento da consciência ecológica na sociedade, nos governos e nas próprias empresas, há uma maior demanda por informações sobre a questão ambiental. Dessa maneira, um dos principais instrumentos para a comunicação da responsabilidade socioambiental das organizações é a contabilidade, cabendo a ela registrar, além das transações econômicas, os eventos relativos aos impactos e preservação do meio ambiente (TINOCO E ROBLES, 2006).

Com base nisso, a pesquisa teve como objetivo geral verificar qual o nível de evidenciação das informações ambientais das empresas do ramo de siderurgia negociadas na BM&FBOVESPA, divulgadas em seus relatórios financeiros e não financeiros, nos anos de 2012 a 2014. A amostra do estudo foi composta pelas empresas Ferbasa, Cia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau e Usiminas.

O procedimento metodológico adotado foi a análise de conteúdo, cuja base foi a estrutura proposta no estudo de Nossa (2002), em que foi considerado as sentenças como unidade de registro, três tipos de *disclosure* (declarativos, quantitativos não monetários e quantitativos monetários) e categorias ambientais, classificadas pela análise de pesquisas anteriores e dos documentos investigados.

Verificou-se que, das quatro empresas, apenas a CSN e a Gerdau divulgaram suas práticas ambientais em relatórios voluntários nos três anos em questão. A Ferbasa optou por não publicar nenhum relatório do tipo e a Usiminas, apesar de seguir com a prática de publicar relatórios de sustentabilidade até 2011, somente voltou a elaborá-lo em 2014. Quanto às demonstrações financeiras anuais, todas as empresas as divulgaram, o que gerou um total de 12 notas explicativas, 12 relatórios da administração e 7 relatórios ambientais investigados.

De modo geral, nos três anos analisados, as quatro empresas evidenciaram 750 sentenças, distribuídas da seguinte maneira: 52,1% delas foram encontradas em relatórios ambientais ou similares, 24,6% em notas explicativas e 23,2% nos relatórios da administração.

Além disso, percebeu-se um decréscimo na evidenciação dos itens ambientais em questão nas demonstrações obrigatórias e voluntárias no ano de 2014 quando comparado ao ano anterior para a maioria das empresas em questão, exceto pela Usiminas, no que se refere ao relatório ambiental. Essa companhia se sobressaiu às demais por ter publicado o seu relatório de sustentabilidade nesse ano.

No que diz respeito às características das categorias estudadas foi constatado que: (i) a categoria política ambiental se consolidou com maior evidência ambiental, sendo encontrada em sua maioria em relatórios voluntários. Além disso, foi o item que apresentou a maior frequência (85%) de informações descritivas; (ii) a evidência das sentenças para as categorias impactos ambientais e energia predominaram em relatórios ambientais e são em grande parte descritivas; (iii) as informações financeiras ambientais compõem a única categoria em que foi encontrada em sua maioria nas notas explicativas, sendo expressas prioritariamente de termos quantitativos monetários; (iv) quanto às informações sobre biodiversidade e água, ambas são preponderantes em relatórios voluntários, sendo que as sentenças encontradas para biodiversidade foram retratadas em maior parte por valores não monetários, enquanto as sentenças referentes ao tratamento da água são em sua maioria descritivas.

Como a maior parte das informações ambientais estão presentes em relatórios voluntários para as empresas siderúrgicas, recomenda-se uma avaliação desses relatórios por uma terceira parte, ou seja, uma auditoria, de maneira a assegurar ao usuário das demonstrações de que a informação prestada não contém distorções. Além disso, a fim de promover a comparação dos itens ambientais, sugere-se uma padronização na evidência dessas informações.

Para pesquisas futuras, sugere-se fazer uma análise comparativa do nível de evidência ambiental entre as indústrias de siderurgia internacionais e as brasileiras, a fim de verificar as tendências mundiais nesse setor quanto a esse aspecto; e avaliar a qualidade da evidência ambiental das demonstrações financeiras e não financeiras divulgadas pelas empresas do segmento de siderurgia, de modo a verificar a sua relevância e tempestividade para o usuário da informação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Cláudia Ferreira. Balanço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: Uma Discussão Quanto à Elaboração, Padronização e Regulamentação. *Pensar Contábil*, v. 8, n. 34. 2006.
- BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Rodrigues Kelly; MELO, Janaína Ferreira Marques de; CARVALHO, José Ribamar Marques de; Evidenciação voluntária dos itens ambientais: um estudo nas empresas do setor de mineração de metálicos cadastradas no BM&FBOVESPA. *GeAS – Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 5, n. 1, p. 128 – 143, janeiro/ abril. 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- BUSCH, Susanna Erica; RIBEIRO, Helena. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.4, n.2, Art. 1, p. 02 – 25, maio/ agosto. 2009.
- CÔRTEZ, Pedro Luiz; MARTINS, Pablo Luiz; PEREIRA Anisio Candido; SILVA, Dirceu da. Estudo de caso sobre evidenciação da responsabilidade ambiental em uma empresa siderúrgica no Estado de Minas Gerais. 1st *South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR 2009*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- COSTA, Magdalena Inglês da; TORRES, Luciana Silva; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho de; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Classificação do conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. *REPeC - Revista de Educação e pesquisa em contabilidade*, v.7, n.2, art. 3, p. 147 – 166, abril/junho. 2013.
- COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. 43, p. 20-33. 2007.
- DIAS, Lidiane Nazaré da silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Os indicadores ambientais no balanço social da Petrobras. Encontro nacional sobre gestão empresarial e meio ambiente, 8, 2005, rio de janeiro.
- DILLING, Petra F. A.; *Sustainability Reporting In a Global Context: What are the characteristics of corporations that provide high quality sustainability reports – an empirical analysis. International Business & Economics Research Journal*, v. 9, n.1, p.19 – 30. 2010.
- ELKINGTON, John. Canibais com garfo e faca. São Paulo: makron books, 2001.

FERREIRA, Luiz Felipe; TRÊS, Lucimara D.; GARCIA, Gisele Eliete; JUNIOR, Francisco J. B.; FERREIRA, Denize D. M. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da *global reporting initiative* GRI. SIMPÓSIO DE EXELENÇA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6., 2010, São Paulo: EAD, 2010.

FILHO, Geraldo Alemandro Leite; PRATES, Lorene Alexandre; GUIMARÃES, Thiago Neiva. Análise os Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano De 2007. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, n. 7, p. 43-59, setembro/dezembro. 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, março/abril. 1995.

GRI - *Global Reporting Initiative*. G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade, 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 02/04/2016.

IIRC - *INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL*. A estrutura internacional para relato integrado, 2013. Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>>. Acesso em: 02/04/2016.

JAMALI, D. *Insights into triple bottom line integration from a learning organization perspective*. *Business Process Management Journal*, v. 12, n. 6, p. 809 – 821. 2006.

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, L. Nelson. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. ENGEMA. São Paulo: Dezembro, 2013.

KPMG. *Currents of change: The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting*, 2015. Disponível em: <<https://www.kpmg.com/CN/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/kpmg-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2015-O-201511.pdf>>. Acesso em: 02/04/2016.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade Ambiental como Sistema de Informações. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 12, n. 3, p. 71-92, dezembro. 2001.

MAIA, Fabiano; TONINI, Adriana. A sustentabilidade em empresas mineiras do setor siderúrgico. XLII Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. COBENGE. Minas Gerais: setembro, 2014.

MAZZIONI, Sady; Delineamento de um Modelo de Balanço Social para uma fundação universitária. 2005. Dissertação em Ciências Contábeis. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Gestão ambiental e siderurgia: limites e desafios no contexto da globalização. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, v.3, n.1, p.4-21, janeiro/abril. 2009.

MUSSOI, Alex; BELLEN, Hans Michael Van. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 9, p. 55-78, maio/agosto. 2010.

NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NORMAN, Wayne; MACDONALD, Chris. *Getting to the bottom of “triple bottom line”*. *Business Ethics Quarterly*, v. 14, n. 02, p. 243-262. 2003.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure ambiental: Uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP.

PAIVA, Paulo Roberto de. *Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade Ambiental*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROVER, Suliani; ALVES, Jorge Luiz; BORBA, José Alonso. *Análise do conteúdo ambiental das demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: um estudo nas companhias com ADR nível III.II Congresso USP. Fipecafi*. São Paulo: outubro. 2005.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. *Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007*. *Revista contemporânea de economia e gestão*, v.7, n.1, janeiro/junho, p. 23 – 36. 2009.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sonia Maria da Silva; BRUNI, Adriano Leal; FILHO, José Maria Dias. *Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras*. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, p. 105-122, janeiro/março. 2012.

SAVITZ, Andrew w.; WEBER, Karl. *A empresa sustentável: O verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Gestão Sustentável na empresa*, 2012. Disponível em:

<<http://sustentabilidade.sebrae.com.br/portal/site/Sustentabilidade>>. Acesso em 20/05/2016.

SETHI, S. Prakash; MARTELL, Terrence F.; DEMIR, Mert. *An Evaluation of the Quality of Corporate Social Responsibility Reports by Some of the World's Largest Financial Institutions*. *Journal of Business Ethics*, p. 01-19. 2015.

SILVEIRA, Marco Antonio; KIKUCHI, Leticia Sayuri; POLICENO, Cristiani Aparecida. *Inovação e aprendizagem organizacional para a sustentabilidade: desenvolvimento de*

competências na indústria de equipamentos eletromédicos. *Revista Gestão & Conexões*, v. 2, n. 1, p. 76-93, janeiro/junho. 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanco Social e o Relatório da Sustentabilidade*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; ROBLES, Léo Tadeu. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *RAP - Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 1077 – 1096, novembro/dezembro. 2006.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. *Sustentabilidade e Contabilidade*. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v.1, nº11, p. 187-206, janeiro/junho. 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. *Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Quadro exemplificativo de sentenças divulgadas nos demonstrativos financeiros e não financeiros, por categoria e por tipo de *disclosure*

Quadro 1: exemplo de sentenças por categorias e tipos de *disclosure*

Categoria	Tipo de <i>disclosure</i>	Sentença
Política Ambiental	1	A CSN investe continuamente na gestão ambiental e no relacionamento com as comunidades nas quais suas operações estão inseridas (CSN, Relatório Anual 2012).
Impactos Ambientais	2	Atualmente, cerca de 75% do aço produzido pela Gerdau no mundo é feito a partir da reciclagem de sucata ferrosa (Gerdau, Relatório Anual, 2014).
Energia	3	Até o final de 2013, o projeto de eficiência energética resultou em R\$ 36 milhões de economia (Gerdau, relatório anual, 2013).
Informações Financeiras Ambientais	3	Em 2012, foram realizados investimentos na ordem de R\$ 15 milhões, somente em controles ambientais na atividade de metalurgia (Ferbasa, Relatório da Administração, 2012).
Biodiversidade	1	A Mineração Usiminas possui Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal (Usiminas, Relatório de sustentabilidade, 2014).
Água	2	O resultado é que as duas plantas siderúrgicas da empresa passaram a reaproveitar 96,3% de toda água necessária ao processo de produção (Usiminas, relatório da administração, 2012).

Fonte: Dados da pesquisa

APÊNDICE B – Tabelas com o percentual da distribuição de sentenças por categorias, por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*

Tabela 1: Percentual da distribuição de sentenças por categorias, por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*

Categoria /Tipo de relatório	Tipo de <i>disclosure</i>	Politica Ambiental	Freq.	Impactos Ambientais	Freq.	Energia	Freq.	Informações Financeiras ambientais	Freq.	Outras informações ambientais	Freq.
RADM	1	88	34,9%	36	19,8%	7	11,5%	5	2,9%	15	18,1%
	2	5	2,0%	4	2,2%	2	3,3%	1	0,6%	4	4,8%
	3	-	-	-	-	-	-	7	4,1%	-	-
	Total	93	36,9%	40	22,0%	9	14,8%	13	7,6%	19	22,9%
NE	1	13	5,2%	16	8,8%	11	18,0%	63	36,6%	-	-
	2	1	0,4%	2	1,1%	2	3,3%	3	1,7%	2	2,4%
	3	1	0,4%	5	2,7%	-	-	66	38,4%	-	-
	Total	15	6,0%	23	12,6%	13	21,3%	132	76,7%	2	2,4%
RA	1	115	45,6%	55	30,2%	28	45,9%	11	6,4%	24	28,9%
	2	26	10,3%	60	33,0%	9	14,8%	-	0,0%	36	43,4%
	3	3	1,2%	4	2,2%	2	3,3%	16	9,3%	2	2,4%
	Total	144	57,1%	119	65,4%	39	63,9%	27	15,7%	62	74,7%
Totais		252	100%	182	100%	61	100%	172	100%	83	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: RADM – Relatório da Administração; NE – Notas Explicativas; RA – Relatório Ambiental; Freq. – Frequência.

Tabela 2: Percentual da distribuição de sentenças por categoria e por tipo de *disclosure*

Categoria /Tipo de <i>Disclosure</i>	Politica Ambiental	Freq.	Impactos Ambientais	Freq.	Energia	Freq.	Informações Financeiras ambientais	Freq.	Outras informações ambientais	Freq.
1	216	85,7%	107	58,8%	46	75,4%	79	45,9%	39	47,0%
2	32	12,7%	66	36,3%	13	21,3%	4	2,3%	42	50,6%
3	4	1,6%	9	4,9%	2	3,3%	89	51,7%	2	2,4%
Total	252	100%	182	100%	61	100%	172	100%	83	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: Tipo de *disclosure*:

1. Tipo (1) Informação ambiental declarativa, em que a evidenciação da informação qualitativa é expressa em termos tão somente descritivos;
2. Tipo (2) Informação ambiental quantitativa não-monetária, em que a informação é expressa em termos quantitativos não financeiros; e
3. Tipo (3) evidenciação ambiental quantitativa monetária, quando a informação quantitativa é evidenciada em números de natureza financeira.